

**HABEAS CORPUS Nº 501.943 - SP (2019/0092709-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : JESSYKA VESCHI FRANCISCO E OUTROS  
**ADVOGADOS** : MARCOS ROBERTO AZEVEDO - SP269917  
FELIPE QUEIROZ GOMES - SP392520  
JESSYKA VESCHI FRANCISCO - SP344492  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MATHEUS HENRIQUE LEMES FERREIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **MATHEUS HENRIQUE LEMES FERREIRA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta nos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/06.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso defensivo em decisão assim ementada:

"Apelação Criminal Tráfico Ilícito de Entorpecentes. Materialidade delitiva e autoria demonstradas Prova tranqüila para manutenção do decreto condenatório. Penas Pena-base no mínimo legal Atenuantes de menoridade relativa e confissão espontânea não poderiam reduzir a pena abaixo do mínimo legal Inteligência da Súmula 231, do STJ Causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06 não reconhecida. Regime inicial fechado - Impossibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos ou concessão de "sursis". RECURSO DESPROVIDO." (e-STJ, fl. 23).

Neste *writ*, os impetrantes alegam, em síntese, que diante do reconhecimento pelo julgador de que o paciente é primário, possui bons antecedentes e o delito não teve circunstâncias anormais, deve ser aplicada no seu patamar máximo a minorante prevista no §4º, do art. 33, da Lei de Drogas.

Requerem, assim, a concessão de medida liminar "para que o Paciente aguarde o julgamento do presente remédio no regime semiaberto e, ao final, definitivamente conceda-se a ordem de "Habeas Corpus" para seja aplicado ao Paciente a causa de diminuição prevista no art. 33, §4 da Lei de Drogas em seu patamar máximo para todos os fins, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Habeas Corpus nº 118.533 e/ou seja alterado o regime inicial de cumprimento de pena para regime diverso do fechado, por medida de justiça." (e-STJ, fl. 14).

**É o relatório.**

**Decido.**

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não

vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Devidamente instruídos, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Após, retornem conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator

